

TERRITÓRIO DE CONTRASTES ECONOMIA E SOCIEDADE DAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX¹

Clotilde Andrade Paiva²
Marcelo Magalhães Godoy³

RESUMO: Com este escrito objetiva-se a socialização de fontes, de métodos e de modelo. Do imenso território das fontes para o estudo do século XIX mineiro elegeu-se o Recenseamento de 1831/32, provavelmente o mais vasto inquérito populacional nominal remanescente, e a literatura de viagens, possivelmente o mais completo conjunto de informações econômicas. Das infinitas formas de apropriação das fontes, eleições metodológicas, concentrou-se nas indissociáveis relações entre a crítica do documento censitário e o tratamento dos dados estatísticos, na percepção do espaço e decorrente aplicação do conceito de região, na análise do conteúdo do discurso do estrangeiro e subsequente sistematização do olhar do outro, nas inter-relações entre a organização econômica e a estrutura demográfica. Das ilimitadas possibilidades de formulação de modelos, impulsos sistematizadores, intentou-se a construção de proposição alicerçada em bases fornecidas por enunciados teóricos fundadores, sobre os quais fundiu-se nova estrutura.

PALAVRAS-CHAVE: Minas Gerais, século XIX; economia e sociedade; Recenseamento de 1831/32, relatos de viagem; História Regional; organização da produção, rede mercantil, estrutura demográfica, sistema escravista

O que se deseja ressaltar é a importância de uma história da agricultura que seja econômica e social, que dê conta das relações que os homens – os grupos sociais – estabeleceram entre si para transformarem a natureza, seus sucessos e continuados insucessos, suas possibilidades e seus limites na organização da produção, no acesso à terra e aos instrumentos de trabalho, na inovação técnica, na geração de riquezas e também da miséria. Mas o historiador da sociedade brasileira deverá associar-se não apenas ao geógrafo (da Geografia Humana), mas ao ecólogo, ao antropólogo, ao demógrafo, ao agrônomo. A entrada em cena da ecologia parece ter desalojado a velha Geografia Humana do lugar de honra que ela ocupava ao lado do historiador, a mesma coisa ocorrendo com o desenvolvimento recente da Demografia Histórica (ao longo dos últimos 30 anos) que passou a ser a grande e justificada vedete do trabalho historiográfico: o peso dos homens, o que na linguagem marxista significa dizer, a primeira das forças produtivas (o homem como causa e como consequência de toda produção de bens). (...) Um dos caminhos que apontamos é o de captar a heterogeneidade, as multiplicidades de enfoques e de fontes, exploradas sistematicamente através de estudos monográficos realizados em nível local e regional. Apontar para essa visão local e profunda, no quadro de uma região historicamente determinada, importa ir além da plantation, como importa também ultrapassar cronologicamente o marco institucional da Colônia, penetrando no século XIX. Significa mapear a expansão da fronteira agrícola que acompanhou o paulatino crescimento populacional desde o século XVII – e de forma mais espetacular, os

¹ Este texto é versão sintética e, em parte, atualizada de *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX* (Paiva, 1996). Como intenta-se demonstrar, os cinco anos decorridos desde a conclusão da pesquisa não retiraram a atualidade dos resultados alcançados. Acredita-se inteiramente oportunos os aspectos metodológicos discutidos e as proposições formuladas. Agradecemos a colaboração de Mario Marcos Rodarte, especialmente pela apreciação crítica do texto e sugestões apresentadas.

² Coordenadora do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR – UFMG. Doutora em História Social pela FFLCH – USP.

³ Pesquisador do Núcleo de História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR – UFMG. Doutorando em História Econômica pela FFLCH – USP.

séculos XVIII e XIX – conhecer os sistemas de uso e posse da terra e sua evolução no tempo e no espaço, apreender as hierarquias sociais (estrutura ocupacional, níveis de renda e fortuna), os movimentos demográficos, os cultivos, os solos, os climas, ou seja, as ações dos homens – de todos os grupos sociais e não somente de alguns deles – sobre a natureza, os processos de adaptação e de transformação do meio físico e as formas de organização social daí resultantes. (...) O historiador da agricultura brasileira, entre outras tarefas, deverá mapear as diferentes atividades agrícolas, articulando diferentes enfoques teóricos compatíveis com a realidade. Isso coloca a necessidade de regionalizar os problemas (Linhares, 1983:747/749 e 760).

Embora decorridas mais de duas décadas desde o início de fecundo processo revisionista em nossa historiografia, ainda são pertinentes muitos questionamentos relativos a natureza da economia e sociedade das Minas Gerais do Oitocentos⁴. Conquanto tenha se alcançado substantivos progressos decorrentes do pronunciado crescimento das fontes primárias compulsadas, da multiplicação dos temas e objetos de investigação, do acentuado alargamento dos espaços geográficos pesquisados e da elaboração de vasto número de estudos de caráter monográfico, permanece uma série de problemas, como os atinentes a estrutura econômica da Província e os padrões de relacionamento com mercados externos, a organização do trabalho e as formas de reposição ou ampliação da mão-de-obra mancipia, as configurações regionais e as expressões da divisão do trabalho, a posição relativa dos setores econômicos nas economias regional e provincial, dentre outros.

Imprescindível a construção de respostas para estes e correlatos problemas. Impõe-se a concepção de modelos, sempre respaldados em dilatadas bases empíricas e construídos a partir do entrelaçamento entre as proposições teóricas fundadoras, aquelas que lançaram as bases e nutriram o movimento revisionista da década de 1980, e uma miríade de empenhados estudos monográficos, consubstanciadores de um novo padrão historiográfico.

Com este escrito objetiva-se a socialização de fontes, de métodos e de modelo. Do imenso território das fontes para o estudo do século XIX mineiro elegeu-se o Recenseamento de 1831/32, provavelmente o mais vasto inquérito populacional nominal remanescente, e a literatura de viagens, possivelmente o mais completo

⁴ As pesquisas e formulações teóricas de Roberto Martins (1982) foram o ponto de partida desta profunda revisão. As repercussões deste processo revisionista ainda se fazem sentir na historiografia de Minas Gerais. Neste texto serão consideradas, para efeito de debate, apenas as investigações que abarcaram o conjunto da Província.

conjunto de informações econômicas. Das infinitas formas de apropriação das fontes, eleições metodológicas, concentrou-se nas indissociáveis relações entre a crítica do documento censitário e o tratamento dos dados estatísticos, na percepção do espaço e decorrente aplicação do conceito de região, na análise do conteúdo do discurso do estrangeiro e subsequente sistematização do olhar do outro, nas inter-relações entre a organização econômica e a estrutura demográfica. Das ilimitadas possibilidades de formulação de modelos, impulsos sistematizadores, intentou-se a construção de proposição alicerçada em bases fornecidas por enunciados teóricos fundadores, sobre os quais fundiu-se nova estrutura.

RECENSEAMENTO DE 1831/32 – origem, composição e representatividade

O ofício do Governo Provincial, de 25 de agosto de 1831, dirigido aos *juízes de paz* de todos os distritos de Minas Gerais, representou o ponto de partida para a realização de circunstanciado recenseamento da então mais populosa província do Brasil. Para os aproximadamente 420 distritos de paz existentes em meados da década de 1830, remanesceram 234 listas nominativas do censo realizado em 1831/32⁵, aos quais acrescentou-se mais 8 de outro levantamento populacional, efetivado em 1838/40 (Paiva, 1996:49/50). Estas 242 listas compuseram o banco de dados demográficos⁶.

⁵ Maria do Carmo Salazar Martins, pesquisadora do *Centro de Estudos Mineiros* da UFMG, coordena grupo de bolsistas que está recolhendo, no Arquivo Público Mineiro, dados demográficos referentes a Província Minas Gerais. Recentemente foram localizadas novas listas nominativas do Censo de 1831/32, sendo a maior parte referente ao Município de Barbacena, circunscrição administrativa com territórios nas regiões da Mata e Sudeste.

⁶ Esta documentação encontra-se no Arquivo Público Mineiro, quase toda ela distribuída por diversas caixas dos fundos *MP (Mapas de População)* e *SPPP 1/10 (Seção Provincial, Presidência da Província – estatística da população)* (Paiva, 1996:215/219). O processo de recolhimento, digitação e conformação do banco de dados exigiu mais de uma década de trabalho, mobilizando grande número de pesquisados. O propósito essencial era a constituição de banco de dados que, para além de ser a base empírica fundamental de historiadores, economistas e demógrafos do CEDEPLAR, pesquisadores do século XIX, poderia ser disponibilizado para quaisquer outros investigadores. Assim, a transcrição e transferência para meio eletrônico realizou-se com extremada preocupação em preservar a maior fidelidade aos originais e suprimir ao máximo os riscos inerentes a montagem de banco de dados com informações nominais para mais de 400.000 indivíduos. A inexistência de iniciativa do gênero para outras províncias, com documentação da mesma natureza remanescente, nenhuma com população que rivalize em tamanho com a de Minas Gerais, pode ser uma forma de se aquilatar a dimensão deste intento.

Investigou-se a origem, composição e limites da documentação censitária. Constatou-se a diversidade das prováveis funções cumpridas por inquérito populacional desta envergadura. Ao reordenamento administrativo ainda em curso, decorrência da mudança institucional de 1822, e a conjuntura instável da década de 1830, período de confrontação entre projetos políticos distintos, correspondeu grande autonomia para os governos provinciais. O tamanho, características e distribuição espacial da população eram informações essenciais a administração pública. Era imperioso conhecer todas as categorias de indivíduos aptos a participar dos processos eleitorais, passíveis de se tornarem contribuintes do fisco e disponíveis para o recrutamento militar. Os projetos internos de colonização de novos espaços geográficos dependiam do conhecimento da população em condições de migrar; as iniciativas de promoção da educação fundavam-se na determinação da população em idade escolar; as políticas de desenvolvimento econômico baseavam-se, dentre outros aspectos, no conhecimento da estrutura ocupacional em geral e do mercado de trabalho escravo em particular.

No tocante ao recolhimento e registro das informações descortinou-se a presença de múltiplos funcionários públicos. Parece ter predominado esquema que tinha no *juiz de paz* o ponto de partida e chegada; por determinação desta autoridade local iniciava-se o recolhimento das informações pelos *inspetores de quarteirão*, seguido do registro documental realizado pelos *escrivães do juízo de paz* e concluído com a conferência daquele que iniciara o processo. A esse esquema básico devem ter se somado muitas outras fórmulas, inclusive com a participação da população recenseada, que de agente passivo e ausente do processo, decorrência da presciência das informações por parte dos recenseadores, pode ter participado ativamente no fornecimento de seus próprios dados.

Prenome, sobrenome, relação com o *chefe* (relações de parentesco e relações de subordinação ou dependência social e econômica), idade, cor/origem, condição social, estado conjugal, ocupação e nacionalidade são as variáveis das listas nominativas de 1831/32 (Paiva, 1996:97/103)⁷. Enquanto o sobrenome, relação com o *chefe*, estado

⁷ A partir de 1988, quando estava-se longe de concluir a montagem do banco de dados, iniciaram-se os estudos que, quase uma década depois, permitiriam a reunião de refinados conhecimentos das características gerais do Censo de 1831/32 e particulares de cada uma das listas nominativas. No tocante as variáveis realizaram-se múltiplas investigações em torno dos seus significados, consistência e formas de agrupamento e setorização. No concernente aos originais manuscritos elaboraram-se circunstanciados dossiês das listas nominativas, objetivando o mapeamento das características peculiares de cada

conjugal, nacionalidade e a ocupação apresentaram percentuais estatisticamente relevantes de não informação, o registro das demais variáveis abarcou praticamente toda a população recenseada. O sobrenome foi informado quase que exclusivamente para adultos e livres, preferencialmente para os indivíduos pertencentes aos estratos sociais médios e altos; a relação com o *chefe* é informação bastante irregular, ausente de parcela expressiva das listas nominativas e, quando presente, assimétrica, com cobertura e qualidade pronunciadamente melhor na informação dos parentescos para a população livre em relação a cativa; crianças e escravos respondem pela maior parte da não informação do estado conjugal; a nacionalidade esteve praticamente restrita a parcela dos cativos africanos e a casos isolados de estrangeiros livres; a ocupação foi informada quase que sistematicamente para os *chefes* de domicílio e parcialmente para os demais indivíduos, sendo, no conjunto, mais incidente para a população adulta, livre e do sexo masculino⁸.

A documentação remanescente do Censo de 1831/32 é satisfatoriamente representativa e apresenta cobertura espacial pouco lacunosa (Paiva, 1996: 69/75). Em relação a estimativa de distritos e população para o quinquênio 1830/35⁹, apenas cinco regiões figuram com percentuais de distritos inferior a 50% e somente seis com números relativos de população abaixo de 50%. Tratavam-se, na sua maioria, de regiões com pequena densidade populacional relativa e reduzida presença comparada de

documento e, conseqüentemente, o controle dos efeitos destas idiossincrasias sobre o conjunto do Censo de 1831/32. Ver, dentre outros, Paiva & Arnaut (1990) e Godoy (1992).

⁸ A variável ocupação nas listas nominativas de 1831/32 exige abordagem especial. Para além de entender o sentido da omissão, que alcança 60% da população, impõe-se o estudo da qualidade da informação de ocupação. Conhecer as características da população sem dados ocupacionais permitiria a demarcação do alcance da informação de ocupação. Classificar as unidades espaciais do censo, os *distritos de paz*, segundo a qualidade da variável ocupação viabilizaria o estudo da estrutura ocupacional expurgada de generalizações ou preferências que lhe adulteram o caráter. As orientações que faltavam em 1996 para este tratamento criterioso da variável ocupação estão hoje supridas. Em breve será divulgado estudo da estrutura ocupacional da Província que contempla a omissão sem descurar da qualidade da informação. Projeta-se, com o preenchimento de lacuna reconhecida há cinco anos atrás, a consolidação dos aspectos essenciais do modelo aqui tratado (Paiva, 1996:103/105).

⁹ Esta estimativa foi construída com dados populacionais para 4 períodos distintos. As listas nominativas de 1831/32 forneceram a maior parte dos dados que foram completados em grande medida pelos mapas populacionais de 1833/35 (Martins, 1990), totalizando 91% da população estimada. As listas nominativas de 1838/40 e os dados populacionais de 1826 (Cunha Matos, 1979) completaram as poucas lacunas restantes. Tendo em vista a larga predominância dos dados de 1831/32 e 1833/35 convencionou-se identificar o primeiro quinquênio da década de 1830 como o período abarcado pela estimativa. Conquanto esta reunião de dados para períodos distintos implique em pequenas distorções a exigir ajustamentos, logrou-se a construção de estimativa bastante segura para meados da primeira metade do século XIX (Paiva, 1996:49/53 e 166/180).

distritos. Para estas unidades regionais realizou-se estudo comparativo entre a composição por sexo e condição social de 1831/32 e a de 1833/35¹⁰. O resultado foi a constatação de que, apesar das dimensões distintas das populações cotejadas, as estruturas por sexo e condição social são semelhantes e, decorrência, reforçam o nível de representatividade destas regiões. Para as demais unidades regionais, cujos percentuais superaram 50% em relação à estimativa, considerou-se os dados de 1831/32 como representativos. No transcurso da análise dos resultados sempre foram considerados os efeitos desta diferenciada representatividade dos dados, com atenção redobrada para aquelas regiões com percentuais inferiores a 50% da população estimada¹¹. A apreciação da cobertura espacial dos distritos com listas nominativas remanescentes (Paiva, 1996:mapa 2) evidenciou poucos casos a requerer atenção especial. Somente em cinco regiões (Mata, Sertão do Alto São Francisco, Paracatu, Vale do Alto-Médio São Francisco e Minas Novas) foram encontrados possíveis sub-regiões sem cobertura. Os efeitos destas lacunas sobre os resultados foram permanentemente avaliados e registrados.

¹⁰ Os mapas de 1833/35 (Martins, 1990) são resumos da população dos *distritos de paz* por sexo, condição social, cor/origem, estado conjugal e faixas etárias. O referido estudo cotejou a composição por sexo e condição das populações remanescentes de determinadas regiões de 1831/32, aquelas com percentuais inferiores a 50% da população estimada, com as respectivas populações de 1833/35, cuja representatividade é bem mais satisfatória.

¹¹ A primeira e única investigação anterior a ter em sua base empírica o Censo de 1831/32 e que tinha por recorte a totalidade do espaço provincial foi realizada por Douglas C. Libby (Libby, 1988). O autor recolheu informações selecionadas de um conjunto de listas nominativas e definiu *amostragens* segundo os aspectos demográficos e econômicos que pretendia examinar. À subjetividade dos critérios definidores do universo de listas nominativas somaram-se os efeitos do descontrole sobre a representatividade dos dados. De resto, cabe salientar que a imprescindível mensuração da representatividade dos dados está ausente da grande maioria dos estudos com recortes regionais e provinciais e que recorreram a dados populacionais do século XIX, seja para Minas Gerais como para as demais províncias.

Tabela 1

Distribuição por regiões dos distritos e população da estimativa para 1830/35 e do Censo de 1831/32⁽¹⁾

Nível Desenv.	REGIÕES	Distritos				Distritos 1831-32 / Distritos 1830-35	População				População 1831-32 / População 1830-35	
		1831/32		1830/35			1831/32		1830/35			
		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		
Baixo	Extremo Noroeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixo	Minas Novas	7	2,9	24	5,9	29,2	12,979	3,2	56.242	7,8	23,1	
Baixo	Paracatu	2	0,8	7	1,7	28,6	2.948	0,7	10.152	1,4	29,0	
Baixo	Sertão	3	1,2	4	1	75	8.747	2,1	9.603	1,3	91,1	
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	2	0,8	8	2	25	5.566	1,4	18.089	2,5	30,8	
Baixo	Sertão do Rio Doce	1	0,4	1	0,2	100	268	0,1	268	0,0	100,0	
Baixo	Triângulo	2	0,8	3	0,7	66,7	3.942	1	10.287	1,4	38,3	
Médio	Araxá	8	3,3	13	3,2	61,5	14.704	3,6	22.006	3,1	66,8	
Médio	Mata	13	5,4	28	6,8	46,4	16.701	4,1	42.364	5,9	39,4	
Médio	Médio-Baixo Rio das Velhas	9	3,7	15	3,7	60	19.166	4,7	35.711	5,0	53,7	
Médio	Mineradora Central Leste	9	3,7	17	4,1	52,9	17.758	4,4	33.619	4,7	52,8	
Médio	Sudoeste	10	4,1	12	2,9	83,3	20.630	5,1	27.716	3,9	74,4	
Médio	Sul Central	19	7,9	36	8,8	52,8	47.179	11,6	88.278	12,3	53,4	
Médio	Vale do Alto-Médio São Francisco	2	0,8	12	2,9	16,7	2.875	0,7	14.220	2,0	20,2	
Alto	Diamantina	7	2,9	12	2,9	58,3	24.009	5,9	28.393	3,9	84,6	
Alto	Intermediária de Pitangui-Tamandua	30	12,4	46	11,2	65,2	54.808	13,4	83.949	11,7	65,3	
Alto	Mineradora Central Oeste	93	38,4	126	30,7	73,8	117.370	28,8	169.074	23,5	69,4	
Alto	Sudeste	25	10,3	46	11,2	54,3	38.170	9,4	69.098	9,6	55,2	
----	Província	242	100	410	100	59	407.820	100	719.069	100,0	56,7	

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40, mapas de população de 1833/35 (Martins, 1990), dados populacionais de 1826 (Cunha Matos, 1979).

(1) As populações indígenas de Minas Gerais estão pronunciadamente subrepresentadas no Censo e na estimativa. Embora habitando várias regiões, os índios nômades e aldeados estavam fortemente concentrados nas três regiões do leste mineiro (Minas Novas, Sertão do Rio Doce e Mata). A ausência ou baixíssima enumeração justifica, por exemplo, a diminuta população censuseada para o Sertão do Rio Doce, região de ocupação predominantemente indígena. Distinto era o quadro do Extremo Noroeste, grande vazão demográfico e região sem a presença de núcleos urbanos, cuja diminuta população, principalmente vinculada a criação extensiva de gado vacum, também não foi censuseada.

RELATOS DE VIAGEM – análise do discurso e rejeição do arbitrário; viajantes e viagens; espaço e região; sistematização dos depoimentos e constituição de banco de dados

A vasta literatura de viagem para as Minas Gerais do Oitocentos conforma, provavelmente, o maior conjunto de informações econômicas disponível para o estudo do período. Se aos relatos faltam séries estatísticas referentes a produção, circulação e comercialização de gêneros agrícolas, minerais e transformados, cabe indagar se na administração pública foram elaboradas tais séries e se elas remanesceram? Se nos registros de viagem predominam impressões fortemente marcadas pela subjetividade inerente ao observador, legítimo perguntar que autoridade pública procedeu com isenta objetividade ao apresentar informações sobre a economia local, regional ou provincial? Se nos depoimentos dos viajantes, mesmo que contra o espírito das viagens do século XIX, corre-se o risco do tendencioso olhar armado do observador estrangeiro e da projeção de parâmetros europeus sobre o objeto, justo inquirir se não é possível, na mesma medida, considerar que os observadores locais miravam suas realidades seduzidos por expectativas e padrões dalém mar? O território da crítica da fontes está sempre revestido de eleições. Não poucas vezes, depara-se com desproporcional severidade em relação a determinados repertórios documentais e generosa condescendência para com outros. A perspectiva aqui adotada funda-se no recurso a obra dos viajantes sem qualquer amarra apriorística e no criterioso recolhimento de informações nas milhares de páginas que nos foram legadas pelos estrangeiros que esquadriharam o território de Minas Gerais no século XIX.

Os relatos de viagem forneceram as informações necessárias ao desenvolvimento de duas investigações que, dentre outros resultados, propuseram a adoção de inovadora proposta de tratamento do espaço e a conformação de original banco de dados econômicos¹². Estas pesquisas lograram demonstrar que os depoimentos dos viajantes, quando submetidos a determinados procedimentos metodológicos, são matéria-prima inestimável para os estudiosos do *dezenove*. A eleição do maior número possível de relatos de viagem, a concepção de roteiro circunstanciado dos dados a serem

¹² A primeira pesquisa foi realizada em 1989, apresentada como monografia de bacharelado ao Departamento História da UFMG e, seis anos depois, recebeu nova versão (Godoy, 1996); a segunda foi desenvolvida em 1994/96, subsidiou também monografia de bacharelado, porém apresentada ao Departamento de Economia da UFMG (Rodarte, 1995).

recolhidos, a elaboração ou adaptação de técnicas a permitirem eficiente organização das informações coligidas e o sistemático cotejo dos dados de múltiplos viajantes conduziram a realidade onde não mais era possível o recurso eventual e arbitrário aos relatos, aquele que possibilita o paradoxo de teses antagônicas encontrarem nos viajantes convenientes passagens a lhes dar respaldo, ou a desqualificação dos depoimentos, reduzidos a meros adornos ilustrativos, sem importância na demonstração de qualquer proposição.

Dadas as coincidências dos recortes espacial e temporal, Minas Gerais na primeira metade do século XIX, pequena divergência se observa nos relatos de viagem trabalhados pelas duas pesquisas. Na primeira, que propõe regionalização, foram compulsados todos os viajantes e relatos do Quadro 1, na segunda, que reconstitui o comércio interno e externo, foram excluídos Freireyss, D'Orbigny e Bunbury. Conquanto a literatura de viagem atinente a primeira parte do século esteja longe se limitar a este universo, pode-se afirmar, com segurança, que a maior parte dos principais relatos para o período está contemplada¹³.

¹³ O êxito editorial da literatura de viagem não deve ser associado ao mercado dos profissionais da História. O interesse por este gênero literário é compartilhado, desde o século passado, por múltiplos segmentos da sociedade brasileira, verdadeiro estímulo a regulares novas traduções e reedições. Bom exemplos são as relativamente recentes traduções de dois relatos de viagem de primeira grandeza. *Os Diários de Langsdorff* reúnem inéditas impressões de campo do diretor da mais famosa expedição do século XIX, sendo o primeiro volume quase que inteiramente dedicado a viagem a Minas Gerais em 1825 (Langsdorff, 1997). *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil, do Rio de Janeiro ao Maranhão* contém os registros de campo, realizados na década de 1870, de engenheiro inglês envolvido em trabalhos prospectivos para o setor ferroviário, com o primeiro volume quase que integralmente destinado ao período de permanência em Minas (Wells, 1995).

Quadro 1

Viajantes e relatos de viagem compulsados.

VIAJANTE	NACIONALIDADE	PROFISSÃO/ FORMAÇÃO	RELATO DE VIAGEM	PERÍODO DE PERMANÊNCIA EM MINAS GERAIS
John Mawe	inglês	comerciante	<i>Viagens ao Interior do Brasil</i>	agosto de 1809 a fevereiro de 1810
G. W. Freireyss	russo	naturalista	<i>Viagem ao Interior do Brasil</i>	junho de 1814 a início de 1815
Auguste de Saint-Hilaire	francês	naturalista (botânico)	<i>Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais</i>	dezembro de 1816 a setembro de 1817
			<i>Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil</i>	setembro de 1817 a março de 1818
			<i>Viagem às nascentes do Rio São Francisco</i>	janeiro a maio de 1819
			<i>Viagem à Província de Goiás</i>	setembro de 1819
John Luccock	inglês	comerciante	<i>Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo</i>	janeiro a maio de 1822
Karl F. P. von Martius & Johann B. von Spix	alemães	Naturalistas Spix, zoólogo Martius, botânico	<i>Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil</i>	1817 e 1818
Johann Emanuel Pohl	austriaco	mineralogista, médico e botânico	<i>Viagem pelo Brasil</i>	janeiro/fevereiro a setembro de 1818
Alicide D'Orbigny	francês	naturalista	<i>Viagem no Interior do Brasil</i>	setembro a novembro de 1818 – abril de 1820 a fevereiro de 1821
Charles James Fox Bunbury	inglês	naturalista	<i>Viagem pitoresca através do Brasil</i>	1833 e 1834
George Gardner	inglês	naturalista	<i>Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais</i>	maio de 1834 a fevereiro de 1835
			<i>Viagem ao Interior do Brasil</i>	maio a outubro de 1840

A diversidade regional era um dos principais atributos da economia mineira oitocentista. Em parte herança do século XVIII, da forma como se organizou e desenvolveu a exploração aurífera, as especificidades econômicas regionais decorriam também da conjunção de múltiplos aspectos geográficos. Orientada por percepções deformadas da categoria espaço e de noções distorcidas do conceito de região, a historiografia referente ao período não conseguiu traduzir a idéia da diversidade regional em expressões concretas. A relação com a espacialidade tendia a estar marcada pelo esvaziamento de sua historicidade, pela imprecisão na definição dos recortes e pelo recurso a procedimentos excessivamente simplificadores. Neste cenário, a transposição de recortes do século XX para o XIX, a proposição de divisões do espaço sem a indicação dos critérios e fontes utilizados na definição das unidades regionais, a adoção de circunscrições judiciárias e político-administrativas enquanto unidades espaciais homogêneas ou a simples inexistência de delimitação do espaço foram procedimentos recorrentes¹⁴.

Ao formular proposta de regionalização, exclusivamente baseada na percepção do espaço dos viajantes estrangeiros, intentou-se dar o primeiro passo na reversão deste quadro. Do inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos logrou-se a divisão de Minas Gerais em 18 regiões. Embora os aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais são resultantes de combinações específicas de múltiplos aspectos (Godoy, 1996)¹⁵.

¹⁴ Parecem inexistir referências de estudos que, tendo contemplado o conjunto da Província de Minas Gerais, rejeitaram a opção por recortes espaciais baseados em critérios parciais da espacialidade. Ao contrário, fácil arrolar aqueles que optaram por unidades sem identidade e, portanto, incapazes de captar especificidades espacialmente representativas. Dois exemplos mais antigos são Martins (1982) e Libby (1988), um recente é Bergard (1999).

¹⁵ Em *Intrépidos viajantes e a construção do espaço, uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX* (Godoy, 1996) discute-se, sinteticamente, o caráter das viagens do Oitocentos (os fatores que intervieram na realização das viagens e as motivações que impulsionaram a produção dos relatos; a visão de mundo dos viajantes, o imaginário que compartilhavam e o instrumental de que se utilizaram na apreensão das realidades visitadas), avalia-se a forma dominante de utilização dos relatos de viagem pela historiografia do período provincial mineiro (propõe-se uma nova proposta de trabalho com os depoimentos dos viajantes) e contemplam-se uma série de lacunas no estudo destas fontes históricas, apreciam-se a cobertura temporal e representatividade dos viajantes compulsados e examinam-se a técnica de leitura e a forma de organização das informações retiradas dos relatos de viagem, discutem-se o significado dos conceitos de espaço e região e as distorções usuais na relação dos historiadores com estas categorias. Introduzidos os aspectos mais importantes referentes a fontes, conceitos e metodologia, propõe-se regionalização para Minas Gerais, século XIX, e são apresentadas as unidades regionais (analisa-se a combinação específica de aspectos de diversas naturezas, principalmente econômicos, que

A montagem do banco de dados econômicos com as informações recolhidas nos relatos de viagem esteve orientada por critérios previamente estabelecidos e fundamentados (Rodarte, 1996A e 1996B). Os subsídios foram classificados segundo o viajante, o tempo, o espaço, a atividade econômica e a *qualificação*. Nos quadros a seguir estão distribuídos, segundo as variáveis do banco de dados, os 3.710 registros resultantes da pesquisa nos relatos de viagem compulsados¹⁶.

conferiam identidade a cada região). Às regiões segue-se síntese das principais características da organização econômica da Província de Minas Gerais. Os anexos adicionam relação circunstanciada das localidades visitadas pelos viajantes em cada região, mapas com a espacialização dos itinerários em Minas Gerais das treze viagens contempladas e mapa com a espacialização da regionalização (são apresentadas a proposta original de regionalização e a resultante de alterações posteriores, *regionalização adaptada*, que retificou algumas fronteiras, conferindo-lhes maior precisão geográfica e sintonia com divisões administrativas coevas, e redefiniu a distribuição regional de porções do território de Minas Gerais).

¹⁶ Como referido alhures, em 1994/96 foi realizada a pesquisa nos relatos de viagem e conformado o banco de dados que constituiu-se no suporte empírico para o estudo do comércio provincial (Rodarte, 1995). Todavia, a concepção e montagem do banco de dados estava orientada também para objetivos bem mais amplos. Pretendia-se a elaboração de base eletrônica de informações econômicas que pudessem ser disponibilizadas para os pesquisadores do período. Seria possível, por exemplo, a estudioso da mineração aurífera acessar todos os registros referentes ao tema, inclusive com o recurso de recortá-los segundo o espaço, tempo e natureza da informação (*qualificação*). Estaria ao seu alcance a localização (páginas) de todos os registros, permitindo o imprescindível retorno aos relatos de viagem e a contextualização das passagens. O banco de dados funcionaria como sofisticado índice, reordenável segundo recortes e interesses específicos. Em breve, concluídos alguns ajustes pendentes, tenciona-se franquear o irrestrito acesso ao banco de dados. Foram despendidos quase que três anos na definição e fundamentação dos procedimentos para o recolhimento e classificação das informações, no compulsar os relatos e recolher os dados, na passagem para meio eletrônico, na conferência e padronização. Os trabalhos foram realizados no *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica* do CEDEPLAR, supervisionados por Clotilde Andrade Paiva. Além da referida monografia sobre o comércio provincial, o banco de dados foi explorado no sentido de aprofundar e detalhar as características econômicas das regiões propostas, especialmente no que se refere às articulações comerciais interregionais e interprovinciais (Rodarte & Matos, 1996). Assim, já é possível perceber que *População e economia nas Minas Gerais do século XIX* representa momento privilegiado das investigações desenvolvidas pelo *Núcleo*. Concluída a longa e acerbada preparação do banco de dados demográficos de 1831/32, proposta regionalização coeva, elaborado o banco de dados econômicos dos viajantes e consolidada e alargada a caracterização econômica das regiões estavam reunidos os elementos que possibilitariam novo exame da natureza da sociedade e economia mineira provincial.

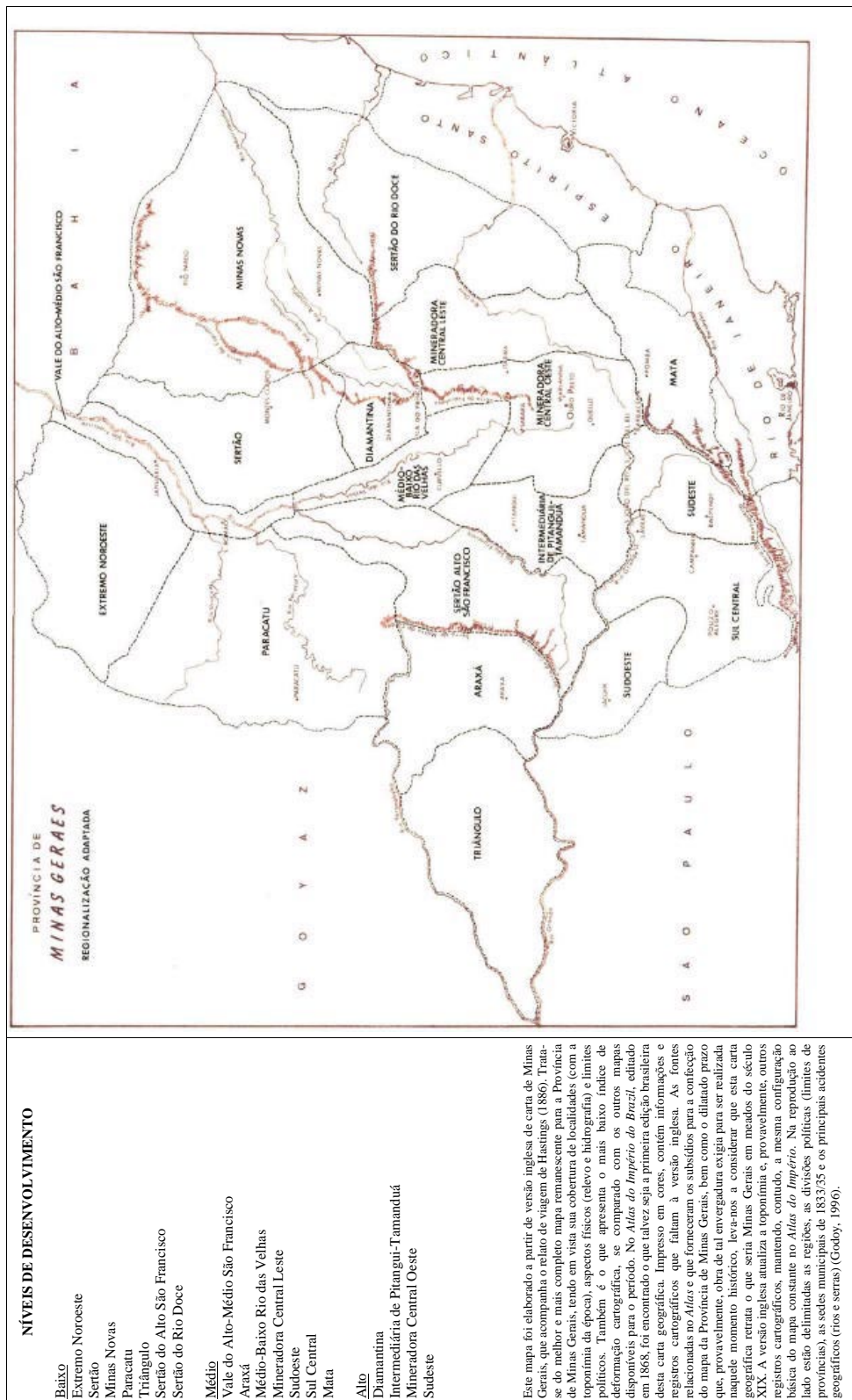


Tabela 2Distribuição dos registros dos relatos de viagem por viajante¹⁷

Viajante	Registros	%
Mawe	204	5,5
Saint-Hilaire	1728	46,6
Luccock	202	5,4
Martius & Spix	782	21,1
Pohl	618	16,7
Gardner	176	4,7
Total	3710	100,0

Fontes: relatos de viagem.

Tabela 3

Distribuição dos registros dos relatos de viagem por década

Década	Registros	%
1800 -1810	223	6,0
1811- 1820	3064	82,6
1821- 1830	247	6,7
1831- 1840	176	4,7
Total	3710	100,0

Fontes: relatos de viagem.

Tabela 4Distribuição dos registros dos relatos de viagem por região¹⁸

Região	Registros	%
Sertão do Rio Doce	0	0,0
Sudoeste	0	0,0
Extremo Noroeste	1	0,0
Médio-Baixo Rio das Velhas	6	0,2
Sul Central	32	0,9
Triângulo	44	1,2
Vale do Alto-Médio São Francisco	49	1,3
Mineradora Central Leste	55	1,5
Sertão do Alto São Francisco	72	1,9
Araxá	106	2,9
Paracatu	113	3,0
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	121	3,3
Sertão	145	3,9
Mata	197	5,3
Diamantina	309	8,3
Minas Novas	441	11,9
Sudeste	500	13,5
Mineradora Central Oeste	865	23,3
Minas Gerais	654	17,6
Total	3710	100,0

Fontes: relatos de viagem.

Tabela 5

Distribuição dos registros dos relatos de viagem por atividade econômica

Atividades Econômicas	Registros	%
Extrativismo	35	0,9
Agricultura	752	20,3
Pecuária	209	5,6
Mineração	508	13,7
Agroindústria	71	1,9
Ofícios Manuais e Mecânicos	104	2,8
Siderurgia	105	2,8
Comércio	1086	29,3
Serviços	173	4,7
Outras informações	667	18
Total	3710	100

Fontes: relatos de viagem.

¹⁷ Entenda-se por registro a unidade de informação classificada. O registro não coincide com o extrato do relato de viagem. Um mesmo extrato, frase ou parágrafo, pode ser desdobrado em mais de um registro.

¹⁸ O mais sério limite dos relatos de viagem enquanto fontes para o estudo da economia mineira do século XIX é exatamente a assimetria em relação a cobertura espacial. Embora a quantidade de registros por região não possa ser entendida como medida da qualidade e alcance das informações coligidas, acaba por refletir o volume de dados disponíveis e, decorrência, da possibilidade de realizar aquele imprescindível cotejo entre os depoimentos. Dado que o Extremo Noroeste era um grande vazio demográfico e o Sertão do Rio Doce compreendia territórios de ocupação quase que exclusivamente indígena, resulta que as regiões do Médio-Baixo Rio das Velhas, Sul Central e Sudoeste são as mais comprometidas.

Tabela 6
Distribuição dos registros dos relatos de viagem por *qualificação*¹⁹.

Qualificação dos registros	Registros	%
Fluxo – elementos conjunturais da economia		
<u>Ótica da Produção</u> : quantidades produzidas de bens e serviços; produtividade; características dos produtos e serviços; preços; competitividade; destinação dos produtos; discriminação de produtos (subprodutos); ausência ou incipiência de atividade econômica; fatores naturais intervenientes na produção	1373	37,0
<u>Ótica da Renda (distribuição da produção)</u> : lucro/lucratividade da atividade; salários; retribuição pecuniária aos escravos; custo de manutenção de escravos; aluguel de escravos; renda da terra/e de outros fatores de produção; receita/despesa de produção; impostos; formas de trabalho; número e composição da mão-de-obra; observações sobre o trabalho; divisão dos trabalhadores por setor econômico; custo da mão-de-obra; mercado de capitais; mercado de trabalho	395	10,6
<u>Ótica do Gasto (consumo, investimento)</u> : investimento/formação bruta de capital fixo; consumo de segmentos sociais; quantidades comercializadas; saldos de comercialização; subsídios/gastos do governo; autoconsumo; formas de pagamento; gastos com insumos	565	15,2
Estoque – elementos estruturais da economia		
<u>Setor Produtivo</u> : número de unidades produtivas; tamanho das unidades produtivas; tamanho e composição dos plantéis; preço das unidades produtivas/capital empregado; processos e técnicas produtivas; equipamentos e instrumentos de trabalho; móveis e utensílios; preço de equipamentos e instrumentos de trabalho; força motriz; valor da infra-estrutura instalada	509	13,7
<u>Infra-estrutura</u> : sistema de transporte; serviços urbanos; estado das vias urbanas	267	7,2
<u>Residências e prédios de repartições públicas (setor não-produtivo)</u> : número de residências e de ruas; estado das residências; natureza das residências; situação econômica das localidades; preço das residências	417	11,2
Sem qualificação	184	5,0
Total	3710	100,0

Fontes: relatos de viagem.

¹⁹ Sobre o princípio que orientou a classificação (qualificação) dos registros: Era necessário que se elegesse um critério para esta classificação. Escolheu-se, então, as noções da Contabilidade Social como a teoria que definiria as agregações. A importância dessa variável não reside apenas em trazer as informações ordenadas para consulta: no momento da coleta - a primeira parte do trabalho - o critério escolhido foi o elemento norteador do expurgo de informações nos documentos, delimitando o universo de informações a serem consideradas (...) Como já se disse mais acima, procurou-se utilizar os critérios existentes na Contabilidade Social para a classificação das informações econômicas. Já adiantando um pouco o assunto, Contabilidade Social caracteriza-se, grosso modo, por ser uma técnica que busca classificar os diversos fenômenos da vida econômica em grupos homogêneos para que possamos fazer generalizações interpretativas da realidade. (...) Dessa forma, não houve apenas o trabalho de escolha de um método de classificação mais eficaz, pura e simplesmente. Era necessário que, uma vez eleita uma forma de classificação, no caso a Contabilidade Social, fossem feitas adaptações para aplicá-la no tratamento dos relatos. Essas adaptações se deram basicamente por duas razões: pelo fato de nosso trabalho ter objetivos distintos dos que regem a Contabilidade Social, já que nos interessa não só um estudo agregado da economia (tal como se propõe a Contabilidade Social) mas também um estudo regionalizado (...) pelo fato de não negligenciarmos informações de conteúdo não mensurável: algo totalmente descartado pela Contabilidade Social (Rodarte, 1996A:6/7 e 31/32). Na tabela as frequências estão resumidas aos grandes campos, embora estejam discriminados os itens pertencentes a cada um.

As frequências revelam o largo predomínio dos registros recolhidos nos relatos de Saint-Hilaire, provavelmente o maior repositório também do ponto de vista qualitativo, e a pronunciada concentração na década de 1810, especialmente nos anos imediatamente anteriores a Independência. Quatro regiões somam quase que 60% dos registros (Mineradora Central Oeste, Sudeste, Minas Novas e Diamantina), indicando grande preferência por itinerários de viagem que abarcassem os territórios historicamente vinculados a extração mineral. O comércio responde por quase um terço dos registros, talvez índice de seu dinamismo e importância, a agricultura perfaz um quinto e a mineração, sobretudo de ouro e diamantes, alcança número relativo que evidencia setor ainda vigoroso. Do exame da qualificação depreende-se que os elementos conjunturais da economia totalizam quase que dois terços dos registros, com destaque para a produção.

CASAS DE NEGÓCIO DE 1836 – índice de dinamismo comercial

Com o objetivo de minorar os efeitos das referidas lacunas ou insuficiências de dados para determinadas regiões foram incorporadas as *Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836* (Paiva & Godoy, 1992 e Godoy, 2000). Documentação pública coeva, as listagens dos *negociantes* da Província permitiram o cálculo da relação entre o tamanho das populações das regiões e o número de estabelecimentos comerciais. Com cobertura e representatividade satisfatórias, as *Relações* coadjuvaram ou, em alguns casos, praticamente determinaram a classificação segundo o nível de desenvolvimento daquelas regiões com deficiência de informações fornecidas pelos relatos de viagem.

Tabela 7

Distribuição por regiões dos distritos e população da estimativa para 1830/35, das listas de 1836 e respectiva população, do número de *casas de negócio* e de sua relação com a população.

Nível desenv.	Regiões	Distritos 1830-35		Distritos 1836		(2)/(1) *100		População 1830-35		População 1836		(4)/(3) *100		Casas de Negócio		(5)/(4) *1000
		Nº (1)	%	Nº (2)	%	Nº (3)	%	Nº (4)	%	Nº (5)	%					
B	Minas Novas	24	5.9	15	5.2	62.5	56.242	7.8	36.772	6.9	65.4	123	2.7	3.3		
B	Paracatu	7	1.7	5	1.7	71.4	10.152	1.4	5.881	1.1	57.9	21	0.5	3.6		
B	Sertão	4	1.0	3	1.0	75.0	9.603	1.3	6.232	1.2	64.9	15	0.3	2.4		
B	Sertão do Alto São Francisco	8	2.0	7	2.4	87.5	18.089	2.5	17.371	3.2	96.0	64	1.4	3.7		
B	Sertão do Rio Doce	1	0.2	1	0.3	100.0	268	0.0	268	0.0	100.0	9	0.2	33.6		
B	Triângulo	3	0.7	3	1.0	100.0	10.287	1.4	10.287	1.9	100.0	51	1.1	5.0		
M	Araxá	13	3.2	7	2.4	53.8	22.006	3.1	11.924	2.2	54.2	109	2.4	9.1		
M	Mata	28	6.8	16	5.6	57.1	42.364	5.9	23.782	4.4	56.1	240	5.2	10.1		
M	Médio Baixo Rio das Velhas	15	3.7	11	3.8	73.3	35.711	5.0	26.271	4.9	73.6	189	4.1	7.2		
M	Mineradora Central Leste	17	4.1	16	5.6	94.1	33.619	4.7	31.192	5.8	92.8	249	5.4	8.0		
M	Sudoeste	12	2.9	11	3.8	91.7	27.716	3.9	24.411	4.6	88.1	170	3.7	7.0		
M	Sul Central	36	8.8	29	10.1	80.6	88.278	12.3	69.721	13.0	79.0	740	16.1	10.6		
M	Vale Alto-Médio S. Francisco	12	2.9	6	2.1	50.0	14.220	2.0	5.817	1.1	40.9	31	0.7	5.3		
A	Diamantina	12	2.9	8	2.8	66.7	28.393	3.9	23.195	4.3	81.7	174	3.8	7.5		
A	Interm. Pitangui-Tamandua	46	11.2	32	11.1	69.6	83.949	11.7	63.532	11.9	75.7	703	15.3	11.1		
A	Mineradora Central Oeste	126	30.7	79	27.4	62.7	169.074	23.5	119.098	22.3	70.4	1227	26.7	10.3		
A	Sudeste	46	11.2	39	13.5	84.8	69.098	9.6	59.444	11.1	86.0	480	10.4	8.1		
--	Província	410	100	288	100	70.2	719.069	100	535.198	100	74.4	4.595	100	8.6		

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40, mapas de população de 1833/35 (Martins, 1990), dados populacionais de 1826 (Cunha Matos, 1979), *Relações de Casas de Negócio de 1836*, Arquivo Público Mineiro, *SPPP/6*, diversas caixas (Paiva, 1996:219/221).

PANORAMA ECONÔMICO – diversidade regional e desenvolvimento econômico desigual; hegemonia do setor exportador e divisão regional do trabalho; diversificação produtiva e semi-especialização²⁰

Requintar o conhecimento das regiões, principalmente com a consolidação das articulações comerciais internas e externas de Minas Gerais, foi o primeiro passo (Rodarte & Matos, 1996). Determinar as principais atividades da produção regional e os mais relevantes fluxos mercantis, consubstanciados em ampla espacialização, foi o segundo passo (Paiva, 1996:mapas 6 a 13). A articulação do conhecimento refinado das características econômicas das regiões com as sínteses espacializadas da produção e comércio pavimentou o caminho para a classificação das regiões segundo níveis de desenvolvimento econômico (Paiva, 1996:95/96 e 108/114).

Ao dimensionamento da importância regional da produção e comércio somou-se a avaliação de sua expressão provincial. A determinação do nível de desenvolvimento econômico fundamentou-se nesta combinação da magnitude e impacto regionais com a posição relativa na economia provincial. Assim, foram propostos, como categorias analíticas, três níveis de desenvolvimento. Nos dois quadros a seguir estão sintetizadas as principais atividades da produção regional e os mais relevantes fluxos comerciais internos e externos. A determinação da importância das atividades e fluxos nos quadros da economia de Minas Gerais, expressa nos pesos 1 e 2, esteve orientada por aquela importância regional sobreposta pela posição relativa na economia provincial (Paiva, 1996: 95/96 e 111/112).

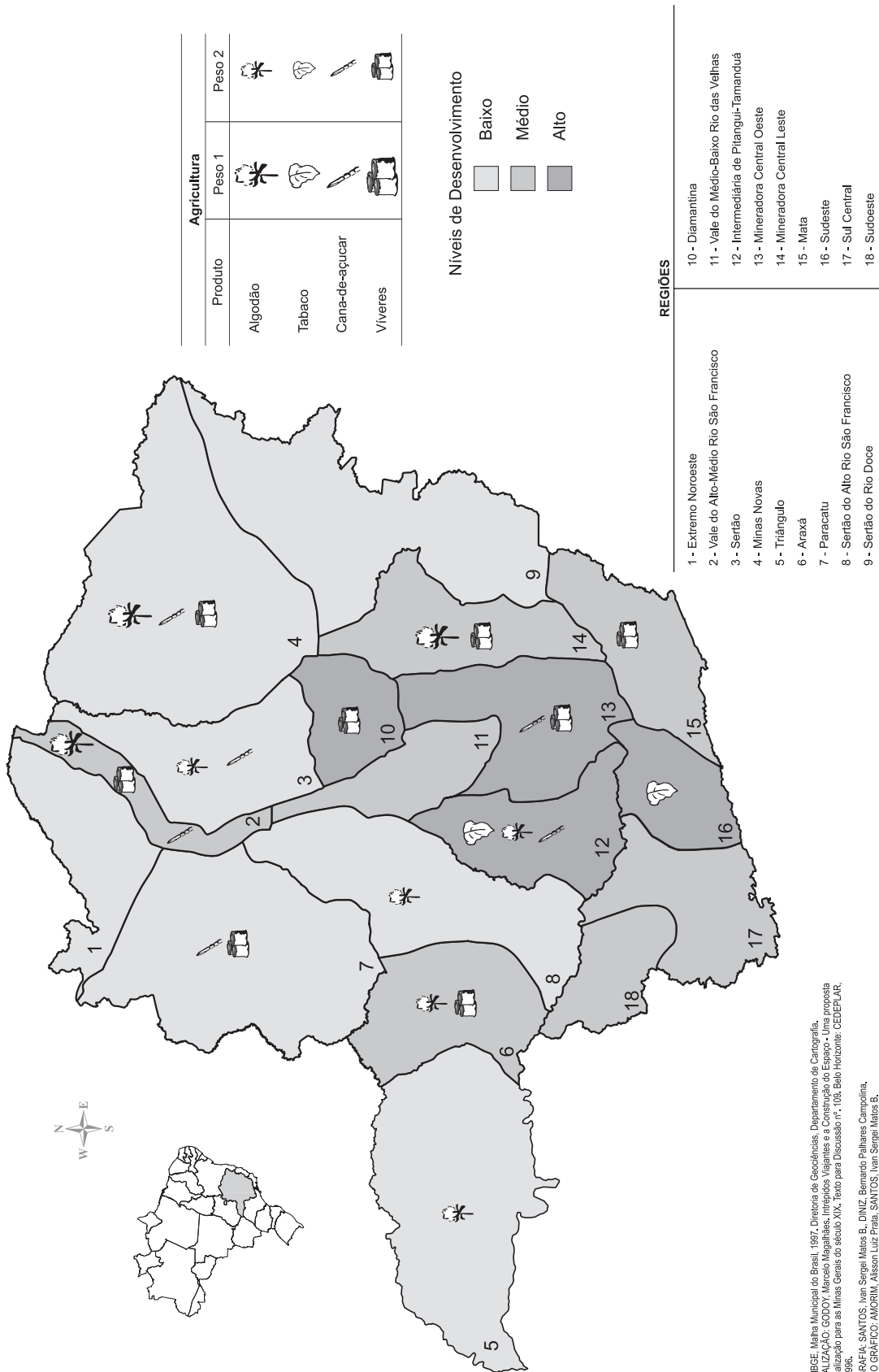
²⁰ Síntese das características econômicas das regiões, agrupadas segundo níveis de desenvolvimento econômico, encontra-se em Paiva (1996:114/127); detalhamento das características econômicas das regiões, documentadas com regulares remissões aos relatos de viagem, encontra-se em Rodarte & Matos (1996).

Quadro 2
Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros,
Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

Nível de desenvolvimento	REGIÕES				Agricultura			Pecuária				Transformação de gêneros da agropecuária				Extrativismo mineral			Manufaturas
	Algodão	Tabaco	Cana-de-açúcar	Viveres	Equinos	Suínos	Bovinos	Outras criações	Fiação e tecelagem	Derivados da cana	Doços	Couros e Touxinho	Queijos	Pesca e salga	Ouro	Diamante e pedras preciosas	Salitre	Siderurgia	
B							2				2								
B	1		2	2	2	2		1	2						2	1		2	
B			2	2		1			2		1			2					
B	2		2		1	1			2		2					1			
B	2					2													
B																			
B	2				2	1	2												
M	2			2	1	1	2				1								
M				2															
M															2				
M	1			2															
M																			
M						2									1				
M	1		2	2		1		2	2		2		2						
A				2											1	1		1	
A	2	1	2		2	1			2		2				2				
A		2	2			2		1	2	2	2		2	1	1			1	
A	1				1	1	2	2			1	1	2	2					

Fontes: relatos de viagem.

MAPA 08 - Distribuição das principais atividades de produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais - Brasil



FONTE: IBGE, Mapa Municipal do Brasil, 1997, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: GODOY, Marcelo Magalhães, Infâncias Viáveis e a Construção do Espaço - Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Texto para Discussão nº. 108, Belo Horizonte: CEBEP/LAR, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: SANTOS, Ivan Sergei Maltos B., DINIZ, Bernardo Pallhares Campolina. DESENHO GRÁFICO: AMORIM, Allison Luiz Pires, SANTOS, Ivan Sergei Maltos B. DESENHO DE FONTES ICONOGRAFICAS: COSTA, Almir.

Mapa 10

Mapa 11

Quadro 3

Mapa 12

Mapa 13

Mapa 14

Mapa 15

Mapa 16

Mapa 17

Mapa 18

Minas Gerais apresentava fortes vínculos com mercados externos, especialmente com a Cidade do Rio de Janeiro. O grande número de pontos de origem e a variada pauta de mercadorias exportadas evidenciam semi-especializações regionais. Dois terços das regiões mantinham, em níveis diferenciados, regular comércio interprovincial. Na pauta de exportações predominavam os gêneros da agricultura e pecuária, simples ou transformados, embora o extrativismo mineral também fosse significativo.

No que se refere as relações com mercados externos, as regiões estavam divididas em quatro grupos. Predominância de vínculos diretos com o exterior da Província e nível alto de desenvolvimento econômico caracterizavam o primeiro grupo, composto por regiões como a Mineradora Central Oeste e o Sudeste²¹. Presença de relacionamentos intermediados com os mercados externos, agentes comerciais originários das regiões do primeiro grupo intermediavam suas exportações, e nível médio ou baixo de desenvolvimento distinguiram o segundo grupo, formado por regiões como Araxá e Minas Novas. As regiões do terceiro grupo, como a Mineradora Central Leste e o Médio-Baixo Rio das Velhas, também de nível médio ou baixo, embora possuíssem atividades orientadas para mercados externos, fundamentavam sua produção comercial em gêneros para o abastecimento interno, notadamente daquelas regiões cuja produção estava precipuamente orientada para o exterior. Um quarto grupo era composto por regiões com produção comercial de pouca ou nenhuma expressividade, fraca integração nos circuitos exportadores e nível baixo de desenvolvimento, como eram os casos do Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce²². Depreende-se a existência de complexa divisão intra e interregional do trabalho.

A inexistência de contabilidade da produção mineira é, até o momento, impedimento intransponível a qualquer tentativa de se estimar a participação das exportações no cômputo geral da produção. Esta impossibilidade se explica pelo fato de que o consumo interno estava longe de ser desprezível. O mercado consumidor de Minas Gerais era o maior do Brasil e, com raras exceções, absorvia parcela ponderável

²¹ Neste grupo estavam as regiões com rede urbana mais desenvolvida e contingente relativamente elevado de população habitando nas cidades. O processo original de ocupação e a ulterior evolução econômica determinaram o maior vigor urbano destas regiões.

²² As menores densidades populacionais da Província, a quase que total inexistência de centros urbanos e a presença de vastos territórios desocupados eram características comuns as estas regiões.

da produção dos itens que figuravam em seu comércio externo. As atividades cujas exportações coincidiam com a maior parte ou totalidade da produção, das quais eram expressões relevantes o ouro de mina das companhias estrangeiras da Região Mineradora Central Oeste e o café da Região da Mata, são as únicas para as quais, através de documentação como os registros fiscais das *recebedoria*, é possível reconstituir o tamanho da produção interna. Este quadro amplia a importância das informações registradas pelos viajantes. Os relatos de viagem permitiram o mapeamento dos fluxos de exportação, os pontos de origem e destino, o conhecimento das mercadorias que compunham cada fluxo, inclusive com o dimensionamento de seus pesos relativos nas economias regionais e provincial, e elucidaram inter-relações específicas existentes entre as regiões e destas com o mercado externo.

Aos níveis distintos de vinculação com mercados externos correspondiam capacidades diferenciadas de importar, sobretudo escravos. O dinamismo do setor exportador das regiões determinava o vigor do setor importador. Entretanto, a capacidade de importar de algumas regiões, como Araxá e Minas Novas, era deslocada pela presença de intermediários que se apropriavam de parte ponderável do lucro, transferindo apreciável parcela da acumulação para as regiões que cumpriam a função de entrepostos, como o Sudeste e a Mineradora Central Oeste.

Dentre os atributos da economia de Minas Gerais no século XIX, a tendência a diversificação da base produtiva ocupava lugar de destaque. A típica grande *fazenda mineira* caracterizava-se por pauta produtiva diversificada, inclinava-se para a mais ampla auto suficiência, para a menor dependência possível de fatores externos e para a maior flexibilidade na alocação de seus fatores produtivos. Propendia, portanto, a complexificação da agenda agrícola, a expansão dos investimentos no sentido de alargar a capacidade de beneficiar e transformar sua produção da agricultura e pecuária, a formação de mão-de-obra apta ao desempenho de múltiplas atividades e, ao mesmo tempo, capaz de atender às necessidades impostas por tarefas especializadas, a progressiva incorporação de atividades subsidiárias que reduziam a dependência de importações e intermediários e a adaptação do consumo interno às restrições que o isolamento e o nível reduzido de capitalização impunham. A eleição de produto ou produtos orientados para mercados externos, determinada pela combinação da

influência de fatores naturais com aspectos mercadológicos, sempre processava-se em regime de semi-especialização.

As economias regionais tendiam a reproduzir as características da grande *fazenda mineira*.

As atividades agropecuárias e os correspondentes setores de beneficiamento e transformação, voltados preferencialmente para o atendimento do mercado interno da Província, estavam disseminados por quase todo o território, ainda que mais desenvolvidos em algumas regiões ou sub-regiões. A semi-especialização na produção de gêneros básicos de abastecimento estava orientada, em geral, para suprir regiões ou sub-regiões que não conseguiam atender com recursos próprios a suas necessidades, na maior parte das vezes em função de restrições naturais que impediam ou tornavam pouco produtivo o cultivo de determinados gêneros, como o algodão importado de Minas Novas e da Mineradora Central Leste pela Mineradora Central Oeste, ou que tinham sua economia por demais centrada na produção de um ou mais gêneros específicos para exportação, com insuficiente auto-abastecimento de gêneros básicos, como os víveres importados de Minas Novas e Mineradora Central Leste pela Região Diamantina.

Também o setor de transformação apresentava-se espacialmente desconcentrado, salvo no caso das restrições de acesso a matérias-primas, como era o caso da siderurgia. As principais expressões destas atividades de transformação eram a fiação e tecelagem doméstica, a siderurgia das pequenas forjas e o grande número de ofícios manuais e mecânicos. Estes setores atendiam, sobretudo, às demandas do mercado interno da Província.

Ao contrário da produção para mercados internos, as atividades agropecuárias direcionadas para o exterior da Província propendiam a concentrar-se em sub-regiões. O nível de concentração espacial variava segundo o caráter da atividade econômica. A produção de tabaco, desenvolvida em pequenas sub-regiões, é exemplo de elevada concentração espacial, a criação de bovinos, atividade extensiva e que espraiava-se por imensas áreas, ilustra a baixa concentração espacial. Na primeira metade do século XIX, os principais gêneros exportados da agricultura eram o tabaco e o algodão; da pecuária destacavam-se os bovinos, suínos e eqüinos; da indústria rural sobressaíam-se o couro, queijos e toucinho; os tecidos, elaborados nas áreas urbana e rural, também constituíam importante item de exportação. Da produção mineral, que apresentava elevada

concentração espacial, salientavam-se o ouro, diamantes, pedras preciosas e o salitre. As províncias da Bahia e Rio de Janeiro, principalmente a Capital do Império, eram os destinos de quase todas as exportações de Minas Gerais.

O comércio mineiro da primeira metade do século XIX caracterizava-se por pronunciada complexidade, expressa no elevado nível de capilaridade dos fluxos, na diversidade das mercadorias em circulação, na desconcentração espacial dos pontos de comercialização internos e no avultado número de agentes mercantis, *tropeiros* e *negociantes*.

Vasta e heterogênea rede de fluxos comerciais articulava as regiões mineiras e ligava a Província a mercados externos. Ainda que os grandes corredores de exportação se destacassem, uma miríade de fluxos mercantis secundários interligavam as regiões. O comércio de Minas Gerais estava segmentado em três tipos básicos de fluxos: interprovinciais, interregionais e intraregionais. Os fluxos interprovinciais determinavam grande parcela dos fluxos inter e intraregionais. Contudo, parte dos fluxos inter e intraregionais possuía autonomia relativa, decorrência da existência de grande mercado interno, com expressivo nível de renda, e, em larga medida, desvinculado, ao menos diretamente, dos setores exportadores.

O comércio de *tropas* era responsável por quase toda a circulação interna e externa de mercadorias. Os agentes mercantis dividiam-se, basicamente, em três grupos: unidades produtivas que possuíam seus próprios meios de transporte e realizavam diretamente as transações comerciais, empresários de transporte que alugavam suas *tropas* sem constituírem-se em intermediários, e negociantes possuidores de *tropas* que cumpriam a função de intermediação entre o produtor e o mercado.

PANORAMA DEMOGRÁFICO – diversidade regional e heterogeneidade da paisagem humana; heranças *setecentistas* e ocupação desigual do espaço; migrações internas e expansão da fronteira; livres entre brancos e mestiços, escravos entre *criolos* e africanos; níveis de desenvolvimento econômico e esquemas de recomposição/ampliação da força de trabalho cativa; escravos e escravistas, originalidade do escravismo mineiro²³

²³ Detalhamento das características demográficas das regiões, sempre correlacionadas com os correspondentes níveis de desenvolvimento, está em Paiva (1996:132/154 e mapas 14 a 22).

Da economia à demografia. Conhecidas as características essenciais da organização econômica da Província, focalizam-se agora alguns aspectos da estrutura demográfica. Na análise regional realiza-se permanente cotejo entre os atributos demográficos e os níveis de desenvolvimento econômico. Nas tabelas a seguir estão sintetizados os resultados do processamento dos dados de 1831/32²⁴.

A articulação das variáveis sexo, idade, condição social, cor/origem e tamanho da população evidencia acentuadas diferenças regionais quanto a distribuição espacial e composição da população de Minas Gerais em meados da primeira metade do século XIX. A paisagem humana estava longe ser homogênea, caracterizando-se, ao contrário, pela diversidade.

Do panorâmico exame da distribuição espacial da população (Tabela 1) depreende-se o irrealismo do decantado esvaziamento demográfico das antigas áreas mineradoras. Conquanto houvesse nítida concentração populacional nas regiões de ocupação mais antiga, com evolução histórica associada direta ou indiretamente a extração de ouro e diamantes, como a Mineradora Central Oeste e a Intermediária de Pitangui-Tamanduá, em algumas regiões de ocupação bem posterior e não condicionada pela mineração o tamanho da população também era expressivo, como o Sul Central e a Mata. Outras regiões se encontravam na condição de fronteira, com ocupação recente ou ainda em processamento e pequena presença relativa de população, como o Triângulo e Araxá. Também existiam regiões praticamente desocupadas ou com ocupação exclusivamente indígena, como o Sertão do Rio Doce e o Extremo Noroeste. A apropriação de novos territórios, a expansão da fronteira, orientava-se do centro para a periferia. Sem desconsiderar os fluxos migratórios externos, pode-se afirmar que a população estabelecida nos territórios recentemente ocupados, especialmente das regiões do centro-oeste e extremo oeste, era resultante de lentos fluxos imigratórios originários das regiões do centro e sul de Minas Gerais, notadamente das antigas áreas de mineração. A natureza das atividades econômicas, com as decorrentes implicações concernentes a forma de organização do trabalho, determinava assimétricas distribuições internas às regiões, como no caso de Minas Novas, cuja população estava fortemente concentrada em sua porção sul, onde

²⁴ Os resultados das tabelas 1 e 7 a 17 foram processados a partir de versão atualizada do banco de dados, distinta da utilizada em Paiva (1996). Esta nova base de cálculo, população total de 407.820, incorporou mais 1.546 indivíduos (0,38%) em relação a população total originalmente considerada.

predominavam o cultivo de algodão, fabricação de tecidos, extração de ouro e pedras preciosas e a produção de gêneros agrícolas de abastecimento, atividades intensivas em trabalho, em oposição a baixa densidade populacional relativa do norte, criação extensiva de gado bovino, e leste, mata atlântica e ocupação quase que exclusivamente indígena. Estreita era a relação entre o nível de desenvolvimento das regiões e o tamanho da população. As quatro regiões de nível alto respondiam por 50% da população e as mais altas densidades demográficas, as sete regiões de nível médio perfaziam 37% da população e as sete de nível baixo totalizavam apenas 13% da população e as mais baixas densidades demográficas.

Pouco expressivas eram as diferenças na composição regional segundo o sexo e a idade da população livre, embora confirmem os referidos movimentos migratórios do centro para a periferia da Província. Esta quase que indistinção na composição regional segundo o sexo e a idade da população livre sugere que a expansão da fronteira agrícola processava-se lentamente e baseava-se, fundamentalmente, em colonização familiar. Especialmente das regiões de nível alto de desenvolvimento e do Médio-Baixo Rio das Velhas, que apresentavam as menores razões de sexo, partiam os colonos em busca de oportunidades nas regiões de médio e baixo desenvolvimento, notadamente o Triângulo e Araxá, que possuíam as maiores razões de sexos.

Tabela 8

Composição regional da população livre segundo o sexo - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32⁽¹⁾

Nível Desenv.	Regiões	Razão de sexos	Homens		Mulheres		Total	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	100,5	5187	50,1	5161	49,9	10348	100,0
Baixo	Paracatu	105,3	1295	51,3	1229	48,7	2524	100,0
Baixo	Sertão	102,3	3527	50,6	3447	49,4	6974	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	100,4	2104	50,1	2096	49,9	4200	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	73,0	103	42,2	141	57,8	244	100,0
Baixo	Triângulo	115,0	1320	53,5	1148	46,5	2468	100,0
Médio	Araxá	109,4	5529	52,3	5052	47,7	10581	100,0
Médio	Mata	102,8	5120	50,7	4979	49,3	10099	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	88,4	6329	46,9	7162	53,1	13491	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	98,4	5972	49,6	6070	50,4	12042	100,0
Médio	Sudoeste	101,9	7821	50,5	7676	49,5	15497	100,0
Médio	Sul Central	101,5	16404	50,4	16167	49,6	32571	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	100,4	1033	50,1	1029	49,9	2062	100,0
Alto	Diamantina	89,7	6737	47,3	7511	52,7	14248	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	94,4	16812	48,6	17800	51,4	34612	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	88,6	36242	47,0	40920	53,0	77162	100,0
Alto	Sudeste	96,1	11545	49,0	12015	51,0	23560	100,0
----	Provincia	95,3	133080	48,8	139603	51,2	272683	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Excluídos 302 casos de não informação do sexo.

(1) Os dados demográficos do Sertão do Rio Doce são referentes exclusivamente ao Distrito de Cuieté, posto militar situado em ponto isolado da mata Atlântica que cobria praticamente toda região. Em função da grande subrepresentação dos dados, que não contemplam a majoritária população indígena e os colonos estabelecidos na região, decidiu-se pela não inclusão do Sertão do Rio Doce na análise dos dados.

Tabela 9
Composição regional da população livre por faixas etárias - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	0-14 crianças		15-44 população em idade produtiva I		45-59 população em idade produtiva II		60 e +idosos		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	4294	41,5	4663	45,1	842	8,1	551	5,3	10350	100,0
Baixo	Paracatu	984	39,0	1234	48,9	216	8,6	88	3,5	2522	100,0
Baixo	Sertão	3086	44,3	2930	42,0	588	8,4	365	5,2	6969	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	1700	40,7	1928	46,2	341	8,2	208	5,0	4177	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	128	52,5	93	38,1	16	6,6	7	2,9	244	100,0
Baixo	Triângulo	1071	43,4	1142	46,3	186	7,5	69	2,8	2468	100,0
Médio	Araxá	4853	45,9	4592	43,4	762	7,2	370	3,5	10577	100,0
Médio	Mata	4391	43,5	4356	43,1	872	8,6	477	4,7	10096	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	5266	39,1	5816	43,2	1393	10,3	992	7,4	13467	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	4868	40,4	5202	43,2	1240	10,3	728	6,0	12038	100,0
Médio	Sudoeste	7049	45,6	6620	42,8	1252	8,1	545	3,5	15466	100,0
Médio	Sul Central	14986	46,0	13675	42,0	2480	7,6	1430	4,4	32571	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	783	38,0	970	47,1	179	8,7	129	6,3	2061	100,0
Alto	Diamantina	4899	34,4	6388	44,9	1603	11,3	1343	9,4	14233	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	14260	41,2	14879	43,0	3432	9,9	2006	5,8	34577	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	27272	35,4	34263	44,5	9068	11,8	6467	8,4	77070	100,0
Alto	Sudeste	9807	41,6	10118	43,0	2210	9,4	1412	6,0	23547	100,0
-----	Província	109697	40,3	118869	43,6	26680	9,8	17187	6,3	272433	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Excluídos 552 casos de não informação da idade.

Pronunciados eram os contrastes regionais na composição segundo a cor/origem da população livre. Os indivíduos mestiços preponderavam nas regiões do centro e norte de Minas Gerais. No século XVIII, a migração seletiva de homens livres e o grande contingente de escravos propulsionou intensa miscigenação nas áreas mineradoras, perpetuada pela continuidade da acentuada desproporção na composição por sexo dos imigrantes e pela progressiva consolidação de relações inter-étnicas. A ocupação do norte da Capitania resultara de duas correntes migratórias, originárias das áreas mineradoras do centro de Minas e do sertão nordestino, ambas com preponderância de mestiços

Os indivíduos brancos predominavam nas regiões do sul, centro-oeste e extremo oeste de Minas. No século XVIII, a semi-especialização na produção de gêneros básicos de abastecimento nos territórios do sul e centro-oeste, para autoconsumo e para o provimento das áreas mineradoras, configurou distinta imigração de reinóis e colonos de outras capitanias, criou condições relativamente mais propícias para a organização do trabalho em regime familiar e gerou, inicialmente, menor dependência do braço escravo. O extremo oeste seria povoado pela expansão da fronteira nos padrões da ocupação do centro-oeste. A impossibilidade de estabelecer relação entre o nível de desenvolvimento econômico e a composição por cor/origem da população livre explica-se pela preponderância de aspectos sociais na determinação do fenômeno da miscigenação, ainda que aspectos econômicos os subjazam.

A maior proporção de idosos livres nas regiões de ocupação antiga, quase todas originalmente centradas na extração de ouro e diamantes, associada com elevados percentuais de *criolos* e africanos livres, evidencia índices de manumissão regionalmente distintos e correlacionados com o impacto, também regionalmente diferenciado, de importações de escravos realizadas na última quadra do século XVIII. As igualmente elevadas proporções de escravos idosos nestas regiões coadunam-se com estas importações diferenciadas quanto a magnitude.

Tabela 10

Composição regional da população livre segundo cor/origem - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	Branco		Africano		Criolo		Mestiço (pardo e cabra)		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	2673	25,9	53	0,5	917	8,9	6690	64,7	10333	100,0
Baixo	Paracatu	303	13,1	93	4,0	134	5,8	1775	77,0	2305	100,0
Baixo	Sertão	1923	28,3	51	0,8	579	8,5	4242	62,4	6795	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	1179	51,5	31	1,4	109	4,8	970	42,4	2289	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	43	20,2	1	0,5	30	14,1	139	65,3	213	100,0
Baixo	Triângulo	1256	51,0	5	0,2	36	1,5	1167	47,4	2464	100,0
Médio	Araxá	6078	59,3	58	0,6	284	2,8	3836	37,4	10256	100,0
Médio	Mata	4599	45,7	68	0,7	455	4,5	4951	49,2	10073	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	2083	15,5	107	0,8	1422	10,6	9857	73,2	13469	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	3764	34,6	154	1,4	845	7,8	6104	56,2	10867	100,0
Médio	Sul Central	20735	64,9	351	1,1	1195	3,7	9671	30,3	31952	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	434	21,1	13	0,6	286	13,9	1328	64,4	2061	100,0
Médio	Sudoeste	10668	68,9	71	0,5	358	2,3	4396	28,4	15493	100,0
Alto	Diamantina	2880	20,8	709	5,1	2641	19,1	7610	55,0	13840	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	16096	47,6	465	1,4	2542	7,5	14684	43,5	33787	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	21866	28,5	1346	1,8	11400	14,9	42115	54,9	76727	100,0
Alto	Sudeste	12500	53,9	420	1,8	1929	8,3	8327	35,9	23176	100,0
-----	Provincia	109080	41,0	3996	1,5	25162	9,5	127862	48,1	266100	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Excluídos 6885 casos de não informação da cor/origem.

A população escrava apresentava composições regionais segundo o sexo, idade e cor/origem bastante heterogêneas e intimamente associadas com o nível de desenvolvimento econômico. A razão de sexos decrescia das regiões de nível alto e parte das de nível médio de desenvolvimento em direção as de nível baixo e a outra parcela das de nível médio²⁵. A razão de sexos da população mancípia vinculava-se diretamente às importações de escravos africanos, na sua grande maioria homens, que afetavam sobremaneira a composição por sexo. A reposição ou ampliação da força de trabalho cativa estava tanto mais correlacionada com o tráfico quanto maior fosse o nível de desenvolvimento econômico da região.

As distribuições regionais dos escravos pelas grandes faixas etárias propendiam a coadunar-se com as composições segundo o sexo. A tendência era das regiões de níveis alto e médio apresentarem maiores proporções de cativos nas faixas correspondentes a população em idade produtiva se comparadas com as de nível baixo de desenvolvimento. Por outro lado, observa-se tendência oposta com relação a faixa das crianças, maiores proporções nas regiões de nível baixo em relação as de nível alto e médio. As importações de escravos eram seletivas também quanto as idades, com larga predominância dos indivíduos adultos e em idade produtiva. Todavia, como será demonstrado alhures, em Minas Gerais a reposição ou ampliação da força de trabalho escrava realizava-se também via reprodução natural, que produzia outros efeitos na estrutura etária.

Em poucas regiões a população escrava não era majoritariamente crioula. Coerente com as composições segundo o sexo e a idade, a presença de africanos na população mancípia tendia a decrescer das regiões de nível alto e médio, que respondiam pelos cinco casos onde os negros de origem africana superavam os nascidos no Brasil, para as de nível

²⁵ O Triângulo, nível baixo e a quarta maior razão de sexos, fazia parte daquele grupo de regiões com a representatividade comprometida, portanto, com a possibilidade das listas nominativas remanescentes não refletirem o universo regional. A elevada razão de sexos da Mata, apenas inferior a da Região de Diamantina, talvez resulte dos efeitos da grande cafeicultura de exportação, que estabelece-se nas primeiras décadas do século XIX no Vale do Paraíba mineiro, resultado da expansão por contiguidade da cafeicultura fluminense. Os expressivos contingentes de escravos importados para o trabalho nas fazendas de café, imigração seletiva por sexo, afetavam a composição da população escrava regional. Todos os viajantes compulsados percorreram a Mata, entretanto, seus itinerários na região estavam praticamente limitados ao caminho que ligava a Cidade do Rio de Janeiro ao centro da Província, sem nenhuma incursão nos territórios por onde a rubiácea penetrou em Minas Gerais. Além disso, a acentuada concentração dos registros coligidos no final da década de 1810, mais de um decênio antes do Censo de 1831/32, reduziam as possibilidades dos viajantes terem aferido as repercussões iniciais do estabelecimento da primeira atividade agrícola orientada quase que exclusivamente para mercados externos em território mineiro. A maior parte dos poucos registros sobre o cultivo de café em Minas referem-se a produção de autoconsumo ou para mercados locais.

baixo de desenvolvimento. Os elevados contingentes de *criolos* são evidências incontestáveis da importância da reprodução natural na recomposição ou ampliação da população escrava. Considerados os mecanismos de manutenção ou crescimento da força de trabalho cativa, lícito afirmar que a subsistência do sistema escravista mineiro não dependia exclusivamente do tráfico, da importação de africanos.

Múltiplos eram os esquemas regionais para a recomposição ou ampliação do contingente mancipio. Em algumas regiões, de nível alto ou médio de desenvolvimento econômico, a importação de cativos era o fator central, prevalecia acentuado desequilíbrio na composição por sexo, elevadas proporções relativas de indivíduos nas faixas etárias correspondentes a população em idade produtiva e os escravos africanos eram majoritários, como nos casos das regiões de Diamantina e Mata. Em outro extremo, estavam regiões de nível baixo de desenvolvimento econômico e preponderância da reprodução natural, as razões de sexos e a proporção de indivíduos em idade produtiva eram relativamente bem mais baixas e o percentual de africanos na população escrava pronunciadamente menor do que o de *criolos*, como nos casos das regiões do Sertão e Minas Novas. Em grupo intermediário, encontravam-se regiões onde o tráfico e a reprodução natural combinavam-se em proporções mais equilibradas, com as composições segundo o sexo e idade, assim como o percentual de africanos, em patamares intermediários aos dos dois primeiros grupos. Nesta situação estavam regiões de níveis médio e alto de desenvolvimento econômico, como a Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Araxá.

O nível de desenvolvimento econômico das regiões de Minas Gerais estava estreitamente associado ao vigor da instituição da escravidão. Com exceção do Triângulo e Mata, ao maior nível de desenvolvimento correspondia mais alta proporção de cativos na população. Portanto, íntima era a relação entre dinamismo econômico regional e o escravismo. Enquanto em Paracatu, nível baixo, os cativos perfaziam 16% da população total em idade produtiva, em Diamantina, nível alto, respondiam por 46%, quase que três vezes mais.

Tabela 11
Composição regional da população escrava segundo o sexo - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	Razão de sexos		Homens		Mulheres		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	1452	55,4	1171	44,6	2623	100,0		
Baixo	Paracatu	250	59,0	174	41,0	424	100,0		
Baixo	Sertão	1008	57,0	761	43,0	1769	100,0		
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	807	59,2	557	40,8	1364	100,0		
Baixo	Sertão do Rio Doce	14	60,9	9	39,1	23	100,0		
Baixo	Triângulo	921	62,5	553	37,5	1474	100,0		
Médio	Araxá	2472	60,0	1651	40,0	4123	100,0		
Médio	Mata	4248	64,4	2353	35,6	6601	100,0		
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	3210	56,6	2464	43,4	5674	100,0		
Médio	Mineradora Central Leste	3643	63,9	2060	36,1	5703	100,0		
Médio	Sudoeste	3111	60,6	2021	39,4	5132	100,0		
Médio	Sul Central	8942	61,2	5660	38,8	14602	100,0		
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	463	57,2	346	42,8	809	100,0		
Alto	Diamantina	6633	69,1	2969	30,9	9602	100,0		
Alto	Intermediária Pitangui-Tamandúá	12043	59,6	8147	40,4	20190	100,0		
Alto	Mineradora Central Oeste	24734	61,7	15373	38,3	40107	100,0		
Alto	Sudeste	8818	60,4	5791	39,6	14609	100,0		
-----	Província	82769	61,4	52060	38,6	134829	100,0		

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Excluídos 6 casos de não informação do sexo.

Tabela 12
Composição regional da população escrava por faixas etárias - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	0-14 crianças		15-44 população em idade produtiva I		45-59 população em idade produtiva II		60 e + idosos		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	839	32,0	1467	55,9	227	8,7	89	3,4	2622	100,0
Baixo	Paracatu	135	31,8	240	56,6	30	7,1	19	4,5	424	100,0
Baixo	Sertão	582	32,9	957	54,1	148	8,4	82	4,6	1769	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	434	32,0	833	61,3	55	4,1	36	2,7	1358	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	4	17,4	14	60,9	5	21,7		0,0	23	100,0
Baixo	Triângulo	439	29,8	909	61,7	90	6,1	36	2,4	1474	100,0
Médio	Araxá	1361	33,0	2412	58,5	241	5,8	108	2,6	4122	100,0
Médio	Mata	1892	28,7	4260	64,5	307	4,7	142	2,2	6601	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	1706	30,1	3041	53,7	589	10,4	325	5,7	5661	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	1511	26,7	3527	62,4	421	7,4	196	3,5	5655	100,0
Médio	Sudoeste	1563	30,5	3197	62,4	245	4,8	117	2,3	5122	100,0
Médio	Sul Central	4748	32,5	8764	60,0	755	5,2	333	2,3	14600	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	252	32,0	416	52,9	73	9,3	46	5,8	787	100,0
Alto	Diamantina	827	25,7	1998	62,0	272	8,4	124	3,8	3221	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamandubá	5974	29,9	12024	60,1	1363	6,8	634	3,2	19995	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	10342	25,8	24207	60,4	3672	9,2	1855	4,6	40076	100,0
Alto	Sudeste	4805	32,9	8748	59,9	723	5,0	330	2,3	14606	100,0
-----	Província	37414	29,2	77014	60,1	9216	7,2	4472	3,5	128116	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Excluídos 6719 casos de não informação da idade.

Tabela 13
Composição regional da população escrava segundo cor/origem - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	Africano		Criolo		Mestiço (pardo e cabra)		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	632	24,1	1383	52,8	604	23,1	2619	100,0
Baixo	Paracatu	122	29,0	252	59,9	47	11,2	421	100,0
Baixo	Sertão	378	21,6	966	55,1	410	23,4	1754	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	481	35,6	672	49,8	197	14,6	1350	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	13	56,5	9	39,1	1	4,3	23	100,0
Baixo	Triângulo	437	29,6	753	51,1	284	19,3	1474	100,0
Médio	Araxá	1689	41,0	1982	48,1	452	11,0	4123	100,0
Médio	Mata	3462	52,5	2524	38,2	613	9,3	6599	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	1659	29,5	3019	53,7	939	16,7	5617	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	2511	44,1	2507	44,0	675	11,9	5693	100,0
Médio	Sudoeste	2406	46,9	2207	43,0	519	10,1	5132	100,0
Médio	Sul Central	7042	48,3	6182	42,4	1370	9,4	14594	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	157	19,4	405	50,1	247	30,5	809	100,0
Alto	Diamantina	2186	49,9	1573	35,9	624	14,2	4383	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	8420	41,8	9430	46,8	2291	11,4	20141	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	17346	43,3	18113	45,3	4557	11,4	40016	100,0
Alto	Sudeste	7187	49,2	6337	43,4	1071	7,3	14595	100,0
-----	Província	56128	43,4	58314	45,1	14901	11,5	129343	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Excluídos 5492 casos de não informação da cor/origem.

Tabela 14
Composição regional da população segundo a condição social - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	Livres		Escravos		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	10356	79,8	2623	20,2	12979	100,0
Baixo	Paracatu	2524	85,6	424	14,4	2948	100,0
Baixo	Sertão	6977	79,8	1770	20,2	8747	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	4202	75,5	1364	24,5	5566	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	245	91,4	23	8,6	268	100,0
Baixo	Triângulo	2468	62,6	1474	37,4	3942	100,0
Médio	Araxá	10581	72,0	4123	28,0	14704	100,0
Médio	Mata	10100	60,5	6601	39,5	16701	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	13492	70,4	5674	29,6	19166	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	12055	67,9	5703	32,1	17758	100,0
Médio	Sudoeste	15498	75,1	5132	24,9	20630	100,0
Médio	Sul Central	32577	69,0	14602	31,0	47179	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	2066	71,9	809	28,1	2875	100,0
Alto	Diamantina	14407	60,0	9602	40,0	24009	100,0
Alto	Intermediária Píangui-Tamandúá	34615	63,2	20193	36,8	54808	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	77261	65,8	40109	34,2	117370	100,0
Alto	Sudeste	23561	61,7	14609	38,3	38170	100,0
-----	Província	272985	66,9	134835	33,1	407820	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

Também a proporção de *fogos* com escravos variava segundo o desenvolvimento econômico. Mais elevada nas regiões de níveis alto e parte das de nível médio em relação as de nível baixo e parcela das de nível médio. O Triângulo permanecia como exceção. O número de escravistas e, por decorrência, a base social da instituição da escravidão correlacionavam-se com o grau de dinamismo econômico regional. A comparação dos percentuais referentes as regiões Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Araxá, níveis alto e médio, com o da Região do Sertão do Alto São Francisco, nível baixo, ilustra estas correlações. Para além da contiguidade, a maior parte do território do Sertão do Alto São Francisco estava compreendido exatamente entre as regiões de Araxá e Intermediária de Pitangui-Tamanduá. Entretanto, a proporção de *fogos* com escravos nestas duas regiões era de 36 a 39% maior do que no Sertão do Alto São Francisco.

Da sobreposição do número de escravistas ao número de escravos resulta a média de escravos por *fogo*. Em consonância com as variáveis isoladas, a média de escravos tendia a ser mais elevada nas regiões de nível alto e parte das de nível médio em relação as de nível baixo e a outra parcela das nível médio . As proporções de escravos e de escravistas e o tamanho médio do plantel eram índices da capacidade regional de aquisição de força de trabalho cativa e estavam diretamente articuladas com o nível de desenvolvimento, com o vigor de atividades econômicas substancialmente dependentes do braço escravo.

Tabela 15
Distribuição regional dos fogos segundo a presença de escravos - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	Média de escravo por fogo	Sem escravos		Com escravos		Total	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	4,7	1786	76,4	553	23,6	2339	100,0
Baixo	Paracatu	3,8	597	84,2	112	15,8	709	100,0
Baixo	Sertão	4,3	1246	75,1	413	24,9	1659	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	5,6	619	71,8	243	28,2	862	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	2,9	72	90,0	8	10,0	80	100,0
Baixo	Triângulo	6,5	281	55,4	226	44,6	507	100,0
Médio	Araxá	4,9	1318	60,9	846	39,1	2164	100,0
Médio	Mata	7,6	1300	59,8	874	40,2	2174	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	7,2	2261	74,1	789	25,9	3050	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	7,0	1858	69,5	816	30,5	2674	100,0
Médio	Sudoeste	5,6	2552	73,7	913	26,3	3465	100,0
Médio	Sul Central	6,4	4834	68,1	2266	31,9	7100	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	6,1	601	81,9	133	18,1	734	100,0
Alto	Diamantina	6,3	2509	62,3	1516	37,7	4025	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamandá	6,6	4917	61,7	3054	38,3	7971	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	6,8	12389	67,7	5911	32,3	18300	100,0
Alto	Sudeste	7,9	3792	67,2	1852	32,8	5644	100,0
-----	Província	6,6	42932	67,7	20525	32,3	63457	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

Conquanto os pequenos e médios plantéis somados perfizessem mais de 80% das posses de escravos de todas as regiões, tendiam a ser proporcionalmente mais numerosos nas de nível baixo de desenvolvimento em relação as de níveis médio e alto. O mesmo acontecia com o percentual de escravos nas pequenas e médias posses, embora com diferenças bem mais acentuadas. Às semelhantes proporções de pequenos e médios escravistas das contíguas regiões do Médio-Baixo Rio das Velhas e Vale do Alto-Médio São Francisco, ambas de nível médio, correspondiam distintos percentuais de escravos nestas faixas de posse, 36% mais elevado na segunda região.

Proeminentes diferenças regionais caracterizavam os plantéis grandes e muito grandes. A tendência era das regiões de nível alto e médio apresentarem números relativos bem mais elevados de escravistas e escravos nestas faixas da posse de escravos. O cotejo do Sudeste com o Sertão demonstra o quão divergentes chegavam a ser as regiões. Na do sul de Minas os escravistas das grandes e muito grandes posses eram 150% mais numerosos e o contingente de escravos 56% maior do que os do norte da Província.

Tomando como referencial a distribuição dos proprietários de escravos segundo o tamanho dos plantéis, lícito afirmar que o escravismo mineiro baseava-se nas pequenas e médias posses. Tendo como parâmetro a distribuição dos escravos segundo o tamanho dos plantéis, correto ponderar que a instituição da escravidão em Minas Gerais alicerçava-se nas grandes e muito grandes posses. Se o primeiro referencial sugere estrutura da posse de escravos desconcentrada, o segundo afirma a concentração. O estudo regionalizado é a senha para o entendimento deste aparente paradoxo. Nas regiões de nível alto e parte das de nível médio de desenvolvimento o maior vigor do setor da economia voltado para o mercado, especialmente o externo, traduzia-se na maior propensão para a constituição de grandes unidades escravistas. Ao contrário, nas regiões de nível baixo e a outra parcela das de nível médio eram relativamente menores o vigor do setor exportador e a proporção de plantéis maiores. A magnitude do setor exportador repercutia sensivelmente sobre as características regionais do escravismo mineiro.

Os resultados do exame da estrutura da posse de escravos de Minas Gerais coadunam-se com os propostos esquemas regionais para a recomposição ou ampliação do contingente mancipio. Na prevalência da importação de cativos, mais elevadas eram

as proporções de escravos na população total, de *fogos* com cativos e da média de escravos por plantel, assim como a tendência de menor percentual de escravistas e escravos nas pequenas e médias posses e maior nas grandes e muito grandes. As regiões de Diamantina e da Mata permanecem sendo bons exemplos deste esquema, embora no primeiro caso, economia centrada na exploração mineral (ouro e diamantes), a média de escravo por plantel e o peso relativo dos escravistas e escravos das pequenas e médias posses diferenciassem-se do segundo, economia centrada na agricultura comercial orientada para o exterior (café). No esquema oposto, preponderância da reprodução natural, bem menores eram as proporções de escravos e escravistas, mais baixa a média de cativos por plantel, maiores percentuais de escravistas e escravos nas pequenas e médias posses e menores nas grandes e muito grandes. O Sertão e Minas Novas continuam como boas ilustrações deste esquema. O esquema intermediário, tráfico e reprodução natural combinados, apresentava proporções de escravos e escravistas, média de cativos por plantel e proporção de escravos e escravistas segundo o tamanho da posse em patamares intermediários ao dos esquemas onde dominava um forma específica de recomposição ou ampliação da força de trabalho mancipia. As regiões Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Araxá prosseguem como exemplos deste esquema intermediário, conquanto no primeiro caso, economia estruturada na agricultura combinada com a pecuária, a média de escravo por plantel e o peso relativo dos escravistas e escravos das pequenas e médias posses diferenciassem-se do segundo, economia fundada na pecuária.

Tabela 16
Distribuição dos proprietários de escravos pelas faixas da posse - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	1-3 escravos pequeno		4-10 escravos médio		11-49 escravos grande		50 e + escravos muito grande		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	351	63,5	145	26,2	54	9,8	3	0,5	553	100,0
Baixo	Paracatu	86	76,8	18	16,1	8	7,1	--	0,0	112	100,0
Baixo	Sertão	276	66,8	105	25,4	30	7,3	2	0,5	413	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	128	52,7	84	34,6	30	12,3	1	0,4	243	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	5	62,5	3	37,5	--	0,0	--	0,0	8	100,0
Baixo	Triângulo	127	56,2	67	29,6	28	12,4	4	1,8	226	100,0
Médio	Araxá	485	57,3	275	32,5	83	9,8	3	0,4	846	100,0
Médio	Mata	427	48,9	285	32,6	155	17,7	7	0,8	874	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	450	57,0	216	27,4	108	13,7	15	1,9	789	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	374	45,8	307	37,6	123	15,1	12	1,5	816	100,0
Médio	Sudoeste	481	52,7	299	32,7	129	14,1	4	0,4	913	100,0
Médio	Sul Central	1120	49,4	766	33,8	364	16,1	16	0,7	2266	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	72	54,1	43	32,3	18	13,5	--	0,0	133	100,0
Alto	Diamantina	685	45,2	594	39,2	234	15,4	3	0,2	1516	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	1473	48,2	1053	34,5	506	16,6	22	0,7	3054	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	3161	53,5	1848	31,3	823	13,9	79	1,3	5911	100,0
Alto	Sudeste	877	47,4	606	32,7	338	18,3	31	1,7	1852	100,0
-----	Província	10578	51,5	6714	32,7	3031	14,8	202	1,0	20525	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40.

Tabela 17
Distribuição dos escravos pelas faixas da posse - Minas Gerais, Recenseamento de 1831/32.

Nível Desenv.	Regiões	1-3 escravos pequeno		4-10 escravos médio		11-49 escravos grande		50 e + escravos muito grande		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	616	23,5	845	32,2	989	37,7	173	6,6	2623	100,0
Baixo	Paracatu	133	31,4	113	26,7	178	42,0	--	0,0	424	100,0
Baixo	Sertão	443	25,0	608	34,4	503	28,4	216	12,2	1770	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	223	16,3	508	37,2	562	41,2	71	5,2	1364	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	6	26,1	17	73,9	--	0,0	--	0,0	23	100,0
Baixo	Triângulo	223	15,1	410	27,8	492	33,4	349	23,7	1474	100,0
Médio	Araxá	834	20,7	1662	41,2	1408	34,9	127	3,2	4031	100,0
Médio	Mata	760	11,5	1763	26,7	3109	47,1	969	14,7	6601	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	756	13,3	1288	22,7	2235	39,4	1395	24,6	5674	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	670	11,7	1885	33,1	2253	39,5	895	15,7	5703	100,0
Médio	Sudoeste	809	15,8	1786	34,8	2244	43,7	293	5,7	5132	100,0
Médio	Sul Central	1970	13,5	4757	32,6	6896	47,2	979	6,7	14602	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	114	14,1	279	34,5	416	51,4	--	0,0	809	100,0
Alto	Diamantina	1375	14,3	3697	38,5	4345	45,3	185	1,9	9602	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	2557	12,7	6445	31,9	9592	47,5	1599	7,9	20193	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	5417	13,8	11252	28,7	16410	41,9	6092	15,6	39171	100,0
Alto	Sudeste	1562	10,7	3717	25,4	6927	47,4	2403	16,4	14609	100,0
-----	Província	18468	13,8	41032	30,7	58559	43,8	15746	11,8	133805	100,0

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Excluídos 1030 casos de não informação.

TERRITÓRIO DE CONTRASTES – desenvolvimento regional desigual e organização econômica heterogênea; estrutura demográfica espacialmente diferenciada e sistema escravista compósito

A economia da Província de Minas Gerais caracterizava-se por pronunciados contrastes internos. Embora o processo de diferenciação do desenvolvimento econômico remonte a centúria anterior, somente no século XIX consolidou-se divisão regional do trabalho. O principal indicador da posição relativa das regiões na economia provincial era a intensidade e natureza das vinculações com mercados externos. Todavia, a desconcentração espacial da produção, a diversificação econômica das unidades produtivas e a demanda constante de vasto mercado intraprovincial asseguravam grande flexibilidade para os agentes econômicos, facultando-lhes ampla liberdade na determinação da distribuição dos fatores produtivos e do sentido da produção.

O pujante setor exportador catalisava o desenvolvimento dos setores que lhe eram subsidiários, conformando complexas articulações regionais. Em Minas, o grande capital mercantil controlava apenas parcela da circulação. Na sofisticada rede de fluxos comerciais estava assegurada a participação direta de parte dos produtores, ciosos da independência frente a intermediários, e de pequenos *negociantes*, responsáveis por expressiva parcela dos fluxos de rede mercantil com elevado nível de capilaridade. A intermediação realizava-se especialmente nos grandes corredores de exportação, com o conseqüente deslocamento regional do lucro e da capacidade de acumular.

Depreende-se que estreitas eram as relações entre o setor exportador e aqueles orientados para o mercado interno, a ponto de nem sempre serem discerníveis. A especialização era a antítese da típica *fazenda mineira*. A preservação da autonomia do *fazendeiro* frente as decisões econômicas respeitantes a sua unidade produtiva somente estaria assegurada no então predominante regime de semi-especialização. Autoconsumo, fluxos locais ou para mercados vicinais, fluxos internos de longa distância (intra e interregionais) e fluxos externos (interprovinciais) não eram excludentes, ao contrário, conviviam em regime de complementaridade e interdependência na complexa estrutura econômica provincial. A posição no comércio interprovincial aferia o nível de desenvolvimento das regiões a partir da consideração da importância relativa do conjunto destas articulações mercantis.

Pugnar pela introversão econômica, a produção essencialmente orientada para o mercado interno da Província e a incipiência dos vínculos com o exterior (Martins, 1982) ou, em outro extremo, propor a extroversão, o setor exportador respondendo direta ou indiretamente por todo o dinamismo econômico (Slenes, 1985), são duas formas rigorosamente lícitas, ainda que parciais, de apreender uma mesma realidade. A magnitude e complexidade da economia de Minas Gerais, ao permitir a convivência de sólidas conexões internas com ampla inserção em mercados externos, propulsionou o surgimento de organização econômica original. Seja perscrutando as unidades menores, as *fazendas mineiras*, seja examinando as grandes entidades, as regiões, constata-se o mesmo padrão. Introvertido e extrovertido ao mesmo tempo. Plural, independente e elástico.

A demografia da Província expressava os mesmos atributos nas variegadas características regionais. A grande desigualdade na distribuição espacial da população resultava da diversidade dos processos de ocupação e da posição relativa na reestruturação produtiva que se seguiu a retração da mineração. A estrutura etária e a composição segundo o sexo da população livre refletiam lenta expansão da fronteira, tênues migrações interregionais. As acentuadas diferenças na composição segundo a cor/origem dos livres correlacionavam-se com os padrões originais de ocupação. O amplo cotejo das variáveis atinentes a população escrava (composição segundo o sexo, estrutura etária, composição segundo a cor/origem, proporção de escravos na população total, número de *fogos* com cativos, média de escravos por *fogo* e a distribuição de escravos e escravistas pelas faixas da posse) reafirmou a diversidade regional, evidenciou sistema escravista com pronunciadas diferenciações internas.

Sustentar a proposição de que o tráfico de africanos era o mecanismo essencial de reposição ou ampliação da força de trabalho escrava (Martins, 1982 e 1994) ou propugnar que a reprodução natural respondia pela maior parte da recomposição ou crescimento dos plantéis (Luna & Cano, 1983; Bergard, 1999) são duas formas estritamente corretas, embora incompletas, de compreender uma mesma realidade. Ao desenvolvimento desigual das regiões de Minas Gerais correspondeu diferenciado vigor da instituição da escravidão e grande número de configurações internas ao sistema escravista provincial. Os múltiplos esquemas que permitiam a manutenção ou expansão

da força de trabalho escrava fundavam-se em variadas formas de combinar tráfico com reprodução natural e conferiam originalidade ao escravismo mineiro.

BIBLIOGRAFIA – RELATOS DE VIAGEM

Almeida, Cândido Mendes de (org.). *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1868.

Bergard, Laird W. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge Latin American Studies, Cambridge University Press, 1999.

Bunbury, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833 - 1835*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

Cunha Matos, Raimundo José. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, n.º.3, 1979.

D'Orbigny, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

Freireyss, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

Gardner, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

Godoy, Marcelo Magalhães. Intrépidos viajantes e a construção do espaço – Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. *Texto para discussão n.º.109*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1996.

Godoy, Marcelo Magalhães. Os engenheiros entre a norma e a clandestinidade – As relações entre o Estado e a agroindústria canavieira de Minas Gerais no século XIX. *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*, p.213/256. Diamantina: CEDEPLAR – UFMG, 2000.

Godoy, Marcelo Magalhães. Reconstituindo o movimento no tempo de uma estrutura da posse de escravos (Bonfim, 1832/1839). *LPH: Revista de História*, 3(1), p.67/79. Mariana: Departamento de História – UFOP, 1992.

Hastings, Charles. *A Year in Brazil*. London: 1886

Langsdorff, Georg H. von. *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

- Libby, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Linhares, Maria Yedda. Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão. *Estudos Econômicos*. 13, p.745/762. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1983.
- Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- Luna, Francisco V. & Cano, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH n.º.10*. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1983.
- Martins, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a Província – Comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833/35. *Anais do V Seminário sobre a economia mineira*, p.13/29. Diamantina: CEDEPLAR – UFMG, 1990.
- Martins, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no Século XIX. *Texto para discussão N.º.10*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1982.
- Martins, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. *Texto para discussão N.º.70*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1994.
- Mawe, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- Paiva, Clotilde A. & Godoy, Marcelo M. Engenhos e casas de negócios nas Minas oitocentista. *Anais do VI Seminário sobre a economia mineira*, p.29/52. Diamantina: CEDEPLAR – UFMG, 1992.
- Paiva, Clotilde A. & Arnaut, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista – Listas nominativas. *Anais do V Seminário sobre a economia mineira*, p.85/106. Diamantina: CEDEPLAR – UFMG, 1990.
- Paiva, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Tese de doutorado.
- Pohl, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- Rodarte, Mário M. S. & Matos, Geraldo Luiz S. *Estudo das regiões da Província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1996.
- Rodarte, Mário Marcos Sampaio. *O setor exportador e comércio em Minas Gerais, pelos viajantes estrangeiros – Primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1995. Monografia de Bacharelado

- Rodarte, Mário Marcos Sampaio. *Uma proposta de estudo da economia mineira do século XIX e de análise de fontes históricas*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1996A.
- Rodarte, Mário Marcos Sampaio. *Uma proposta de tratamento e análise econômica dos relatos de viagens – versão preliminar*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1996B.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.
- Slenes, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes – A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH N.º.17*. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1985.
- Spix, Johann B. von & Martius, Carl Friedrich P. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- Wells, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.